

Legados culturais do autoritarismo na Argentina e no Brasil

Carlos Artur Gallo*
Bruno Mello Souza**

Resúmen

En la segunda mitad del siglo XX, Argentina y Brasil vivieron períodos autoritários en los cuales, al aplicarse la Doctrina de Seguridad Nacional, ocurrieron constantes violaciones a los derechos humanos. Con el final de las dictaduras de Seguridad Nacional en estos países, empezáronse nuevos períodos democráticos. Aunque se hayan instalado “nuevas democracias” con los procesos transicionales ocurridos a partir de los años 70, es posible observar, a la actualidad, la permanencia de legados autoritários que se mantienen mas allá del final de los regímenes de excepción. Impartiéndose de este contexto, en nuestro estudio pretendemos analizar cual el impacto de los regímenes autoritários en la cultura política argentina y brasileña, mirando si y cuales resquicios del autoritarismo se encuentran actualmente. Organizado en tres partes, el estudio contiene: 1er.) un análisis de la literatura produzida sobre la transición a la democracia en Argentina y en Brasil; 2º) la identificación, con la consulta de datos del Latinobarómetro, de aquellos que consideramos legados culturales del autoritarismo; 3er.) un análisis comparado de los datos.

* Bacharel em Direito (UniRitter, Brasil) e em Ciências Sociais (UFRGS, Brasil). Especialista em Direito Internacional (UFRGS). Mestre e Doutorando em Ciência Política (UFRGS). Bolsista da CAPES.

Contato: galloadv@gmail.com

** Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS). Mestre e Doutorando em Ciência Política (UFRGS). Bolsista da CAPES. Contato: bmellosouza@yahoo.com.br

Introdução

Argentina e Brasil vivenciaram, ao longo de suas histórias, diversos períodos nos quais o autoritarismo tomou conta das estruturas de poder, determinando e influenciando práticas políticas, sociais e culturais, intervindo direta e indiretamente nas formas de organização da vida em sociedade. Na segunda metade do século XX, no contexto da “Guerra Fria”, ambos os países, além de seus vizinhos do Cone Sul (Chile e Uruguai), estiveram sob regimes burocrático-autoritários baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Com o final das ditaduras de Segurança Nacional nesses países, novos períodos democráticos foram iniciados. Embora “novas democracias” tenham sido instaladas com os processos de transição que ocorreram a partir da década de 1970, é possível observar, contudo, na atualidade, a permanência de legados autoritários que se mantêm a despeito do final dos regimes de exceção.

Tendo este contexto como ponto de partida, neste estudo pretendemos analisar o impacto dos regimes autoritários na cultura política argentina e brasileira, observando se e quais resquícios do autoritarismo seguem presentes. Dividida em três partes, a exposição abrange: 1º) uma breve revisão dos estudos sobre a transição à democracia na Argentina e no Brasil; 2º) a identificação, mediante consulta na base de dados do Latinobarómetro, daqueles que consideramos legados culturais do autoritarismo; 3º) a análise comparada dos dados coletados.

As Ditaduras de Segurança Nacional na Argentina e no Brasil: do golpe às transições à democracia

No início da década de 1980, conforme salientado por Alain Rouquié (1984) em seu estudo sobre o Estado militar na América Latina, dois terços da população latinoamericana vivia em países dominados por militares ou em regimes militares. Atingidos por aquela que, segundo Samuel Huntington (1994: 28-29), seria a 2ª onda reversa de democratização, encontramos o caso do Brasil e da Argentina, onde, através de golpes civis-militares, instalaram-se nas suas estruturas de poder regimes burocrático-autoritários¹ (O’Donnell, 1986).

A ditadura civil-militar brasileira foi instaurada entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, estando o seu acontecimento relacionado, além das motivações econômicas² e anticomunistas (Motta, 2001), à desestabilização política vivenciada no país desde agosto de 1961, quando ocorrera a renúncia do presidente Jânio Quadros. Na sua vigência, foi criado um sistema político bipartidário dividido entre ARENA (Aliança da Renovação Nacional, partido governista) e MDB (Movimento Democrático

¹ De acordo com o conceito desenvolvido por Guillermo O’Donnell (1986, p. 21-23), um Estado burocrático-autoritário caracteriza-se: a) por ser organizador da dominação de uma classe sobre as demais; b) por tentar normalizar a economia estabelecendo novos padrões de produção-acumulação; c) por constituir um sistema no qual são excluídos da política setores populares que eram ativos; d) pela supressão de direitos de cidadania; e) pela exclusão econômica dos setores populares ao mesmo tempo em que possibilita um padrão de acumulação de capital às classes oligopólicas; f) por promover um incremento no processo de internacionalização da estrutura produtiva; g) pela institucionalização de uma racionalidade técnica instrumental que visa à despolitização de questões sociais; h) pelo fechamento de mecanismos democráticos de acesso ao governo, limitando a sua ocupação aos membros das Forças Armadas e/ou representantes de grandes empresas.

² Luciano Martins (1988) destaca que o sucesso do golpe se deveu, em parte, à necessidade de realinhamento da economia nacional aos novos padrões internacionais de expansão do capitalismo. Neste contexto, o apoio das elites econômicas aos setores golpistas foi importante, dando subsídios à formação de uma coalizão civil-militar que durou quase 21 anos.

Brasileiro, abrangendo a oposição consentida), sendo realizadas eleições periódicas e regulares para os cargos dos poderes legislativos municipal, estadual e federal.

Em 1974, época em que o regime ainda colhia os frutos do crescimento econômico e a neutralização dos opositores que atuavam fora do sistema partidário atingia seu auge, Ernesto Geisel (ditador-presidente entre 1974-1979) formata e inicia, de dentro do próprio governo, um projeto de transição “lenta, gradual e segura” que se estenderia até 1985 e seria altamente pactuado em sua trajetória.

Na Argentina, o cenário sócio-político que tornou possível o golpe civil-militar ocorrido em 1976, está intimamente relacionado ao contexto político vivenciado no país a partir de 1955, no qual, até 1972, os militares impediam que políticos peronistas fossem eleitos para cargos importantes (Acuña & Smulovitz, 2006; Cavarozzi, 1996; Fernández, 2006). Em 1972, após grande pressão popular pela realização de eleições livres, os militares cederam, e foi eleito para Presidência da República Héctor José Cámpora, candidato peronista. Conjugada a outras questões como a existência das guerrilhas, a falta de controle estatal sobre os sindicatos e a uma economia semifechada, em 1976 os militares concretizaram o sexto golpe de Estado ocorrido na história do país somente no século XX.

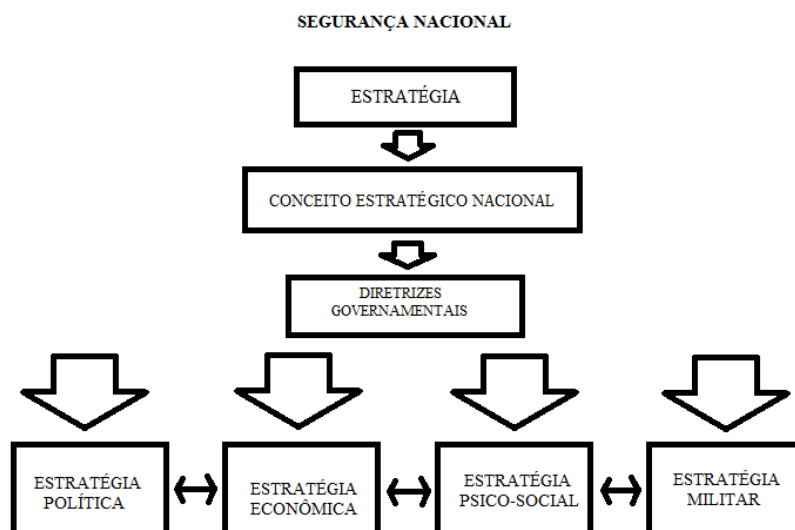
No início da década de 1980, o apoio civil que possibilitava a continuação dos militares no poder iniciou sua derrocada, devido a conjunção de uma série de fatores, como: a) a intensidade da repressão aos opositores; b) o mau desempenho das políticas econômicas postas em prática pelo regime; c) a derrota na *Guerra das Malvinas*. Visivelmente abalada sobretudo com o fracasso nas Malvinas, a grande tensão existente junto à sociedade tomou grandes proporções fazendo com que a autoridade dos militares fosse cada vez mais rapidamente reduzida, e, entre o final de 1982 e outubro de 1983, ocorresse uma rápida transição, encerrada com a eleição de Raúl Alfonsín para Presidência da República.

Conforme afirmado na *Introdução* a este estudo, os regimes autoritários estabelecidos no contexto da Guerra Fria foram baseados na DSN. De acordo com Enrique Serra Padrós (2008: 144):

Uma das principais premissas da doutrina de segurança nacional (DSN), marco de diretrizes gerais presentes nas ditaduras da região, é a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da “nação” e, portanto, deve ser combatido como tal.

Aplicando a DSN e defendendo a Segurança Nacional com base em uma estrutura racional e burocratizada da organização da sociedade (ver Figura 1), as ditaduras na Argentina e no Brasil promoveram sistemáticas e deliberadas violações aos direitos humanos, deixando como saldo da repressão argentina, por exemplo, aproximadamente 30 mil desaparecidos políticos.

Figura 1



Fonte: Couto e Silva, 1967: 26.

O desenvolvimento dos regimes autoritários na Argentina e no Brasil é marcado por semelhanças no que diz respeito, por exemplo, ao contexto internacional em que se dá o Golpe de Estado (auge da *Guerra Fria*) e ao uso contínuo e deliberado da repressão nestes países, mas, também, por diferenças importantes, sobretudo no que se relaciona ao conteúdo da transição neles realizada. Afinal, enquanto a transição à democracia no Brasil foi resultado de negociações altamente controladas pelos setores que estavam no poder, sendo por isto chamada por parte dos estudiosos de *transição negociada* ou *pactada* (Arturi, 2001; Munck & Leff, 1997; O'Donnell & Schmitter, 1988), na Argentina o processo de transição foi bastante abrupto, sendo por esta razão classificado por alguns autores como um processo de *transição por ruptura* conduzido pela sociedade (Munck & Leff, 1997; Stepan, 1994).

Num outro sentido, além de análises sobre os processos transicionais em si, a partir do contexto das transições foram realizados estudos sobre *heranças* ou *legados do autoritarismo* presentes nas novas democracias, podendo ser apontado como um dos primeiros autores a chamar a atenção para o tema o cientista político Alfred Stepan (1988), que tratou das prerrogativas militares preservadas após a transição na Argentina, no Brasil, na Espanha e no Uruguai (o não julgamento dos envolvidos nas violações aos direitos humanos seria uma delas).

Aprofundando-se nesse tema, e analisando especificamente os casos brasileiro, argentino e espanhol em perspectiva comparada, encontra-se estudos de Jorge Zaverucha (1992; 1994), nos quais o autor sustenta, basicamente, que a forte presença de prerrogativas militares fragiliza a democracia, e constata as diferenças entre estes países no que se refere ao número de prerrogativas existentes. Segundo o levantamento de Zaverucha (ver Quadro 1), enquanto na Espanha nenhuma prerrogativa fora mantida após o fim do *franquismo*, no Brasil todas eram mantidas nos primeiros anos da *Nova República*, ao passo que, na Argentina, caracterizava-se uma situação intermediária³.

Quadro 1 – Legados autoritários: as prerrogativas militares no Brasil, na Argentina e na Espanha

Prerrogativas	Brasil	Argentina	Espanha
---------------	--------	-----------	---------

³ Ao atualizar seu estudo, Zaverucha (2000) verificou que a única prerrogativa militar que foi “retirada” desde a transição brasileira foi obtida com a criação do Ministério da Defesa, em 1999, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

1. Militares controlam algumas agências de inteligência, havendo parca fiscalização parlamentar	SIM	SIM	NÃO
2. Oficiais da ativa participam do gabinete governamental	SIM	NÃO	NÃO
3. Inexistência do Ministério da Defesa	SIM	NÃO	NÃO
4. Falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos de defesa	SIM	SIM	NÃO
5. Polícia e organizações paramilitares sob controle das Forças Armadas e existência de oficiais da ativa no comando das polícias locais	SIM	NÃO	NÃO
6. Fraca influência do parlamento na promoção dos militares	SIM	NÃO	NÃO
7. Pequena possibilidade de os militares serem julgados por um tribunal civil	SIM	NÃO	NÃO
8. Potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna	SIM	SIM	NÃO
9. Controle militar sobre áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação, etc.)	SIM	NÃO	NÃO

Fonte: quadro adaptado pelos autores a partir de: Zaverucha, 1992: 64.

Legados culturais do autoritarismo

Ao fazer um balanço sobre as transições à democracia ocorridas na Argentina e no Brasil, Caroline Silveira Bauer (2012: 113) aponta que:

As ditaduras civil-militares de segurança nacional argentina e brasileira realizaram as transições políticas desativando paulatinamente as estratégias de implantação do terror que geraram o sequestro, a tortura, a morte e o desaparecimento de milhares de pessoas. Porém as mudanças institucionais e políticas não aconteceram no mesmo ritmo que as transformações nas relações sociais e no cotidiano dos cidadãos, por serem processos mais lentos e decorrentes da necessidade de se adaptar às novas realidades. [...] O término desses regimes não significou o fim do terror e a superação dos traumas. Os medos permaneceram e condicionaram as ações políticas dos governos transicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura. Cessavam os fatos, mas não suas consequências.

Conforme referido no início deste estudo, acreditamos que regimes autoritários analisados deixam marcas, legados do autoritarismo, que se mantêm mesmo com o final das ditaduras e a redemocratização. Esses legados podem ser institucionais, como no caso das prerrogativas militares ou da legislação e de procedimentos jurídicos que não se alteraram desde a ditadura (conforme o estudo de Pereira, 2010); mas, também, podem se manifestar na cultura política dos cidadãos.

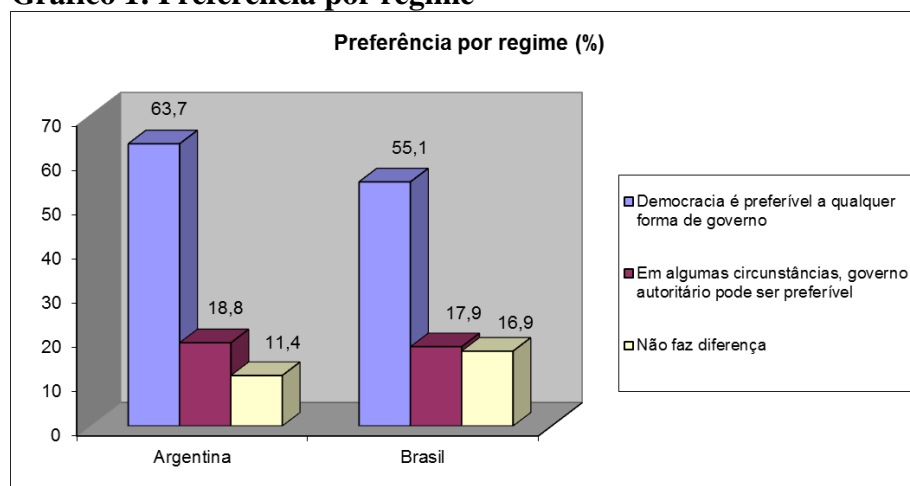
Esta perspectiva cultural, inaugurada na Ciência Política por Almond e Verba (1963), credita às crenças, valores e comportamentos dos cidadãos, um papel extremamente importante na configuração e consolidação de um regime político. Ao aproximarmos-nos dos casos latino-americanos, é possível notar que são vários os autores que de alguma forma atrelam a democracia à legitimidade advinda da cultura política, pautando-se em variáveis como adesão ao regime democrático, participação política e confiança (Moisés, 1995; 2005; Gunther & Monteiro, 2003; Power & Jamison, 2005; Baquero, 2011; González, 2011).

À primeira vista, resquícios institucionais do autoritarismo parecem ser mais facilmente identificáveis do que seriam os resquícios de uma cultura autoritária. Afinal, como fazer para identificar práticas culturais que tenham sido geradas ou potencializadas por experiências autoritárias? Na tentativa de identificar e analisar o

impacto da ditadura civil-militar argentina e brasileira na cultura política dos seus cidadãos, portanto, toma-se como referência os dados referentes a nove variáveis medidas pelo Latinobarómetro (ano base 2009), quais sejam: (1) preferência por regime; (2) prioridade da ordem em relação a direitos humanos e liberdades; (3) importância da democracia em contraposição com o desenvolvimento econômico; (4) relação entre governo e meios de comunicação; (5) respeito dos governos às leis e ao parlamento; (6) apoio à volta de um governo militar; (7) confiança nas Forças Armadas; (8) tolerância para com os movimentos sociais; e (9) militares e garantia da ordem constitucional. Os dados que não fecham em 100% assim se encontram em decorrência dos percentuais de “não sabe/não respondeu”, que, se fossem eliminados do banco com o qual se trabalhou, poderiam gerar distorções significativas nos percentuais.

O primeiro gráfico apresentado refere-se à preferência por regime político no Brasil e na Argentina. Será que os diferentes modelos transicionais dos dois países possuem alguma repercussão efetiva na preferência de brasileiros e argentinos? É o que se verifica a seguir.

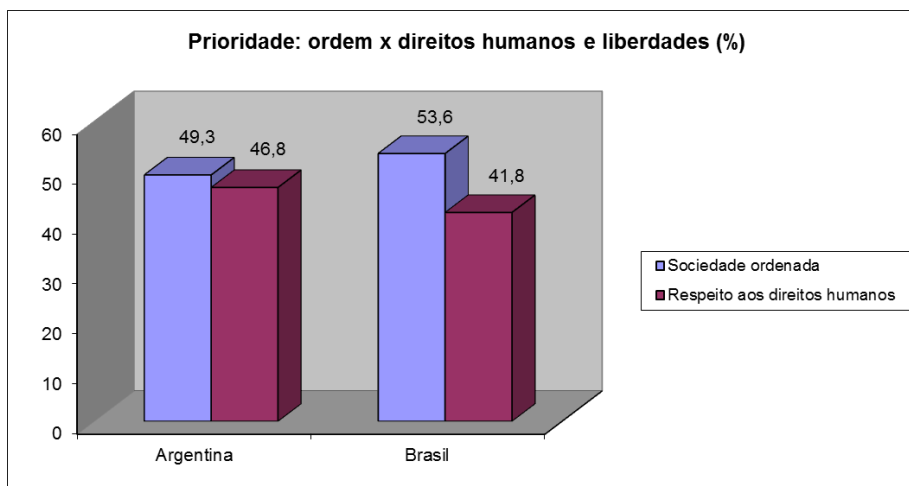
Gráfico 1: Preferência por regime



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

O Gráfico 1 demonstra que os argentinos, de forma geral, possuem uma preferência maior pela democracia do que os brasileiros. Se, por um lado, os dois países apresentam percentuais muito próximos de preferência por governos autoritários, por outro, 63,7% dos entrevistados na Argentina afirmaram preferir a democracia em comparação com qualquer outra forma de governo, enquanto 55,1% dos entrevistados no Brasil forneceram a mesma resposta. Como se pode notar, o que diferencia os cidadãos dos dois países nem é tanto a preferência por um regime autoritário, mas sim a convicção a respeito do regime democrático como sendo a melhor forma de governo. Pelo lado brasileiro, é perceptível que há, nesse sentido, uma apatia maior em relação à democracia como modelo de governo que dá melhores respostas às demandas da população (16,9% dos respondentes afirmaram que o regime político não faz diferença alguma). Outra variável capaz de oferecer subsídios relevantes no que concerne a legados autoritários, é aquela que contrapõe prioridades de ordem e autoridade em relação a valores democráticos tais como a primazia dos direitos humanos e liberdades. As respostas de brasileiros e argentinos estão comparadas no Gráfico 2.

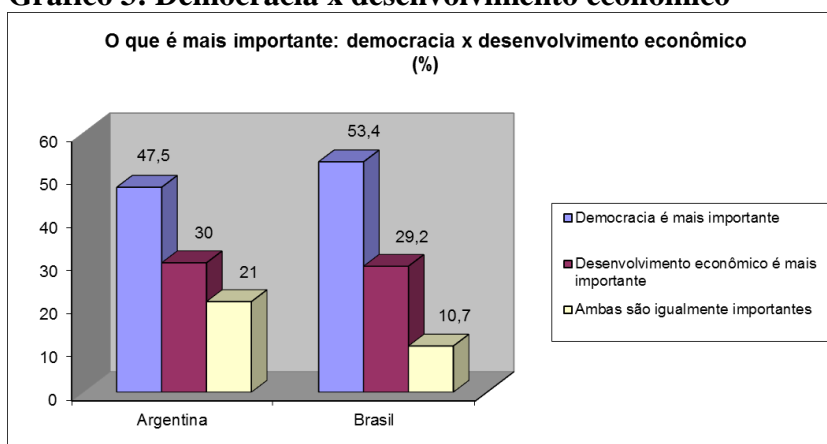
Gráfico 2: Prioridade da ordem x direitos humanos e liberdades



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

No que diz respeito à priorização da ordem em relação aos direitos humanos e liberdades, novamente os argentinos apresentam um padrão mais humanitário e democrático. Entretanto, nesta questão a diferença percentual é mais tímida, girando em torno dos 5%. Enquanto pouco mais de 40% dos argentinos consideram que a ordem deve prevalecer sobre os direitos humanos e liberdades, cerca de 53% dos sujeitos entrevistados no Brasil fizeram esta mesma afirmação. Por outro lado, cabe ressaltar, ainda, que a despeito das diferenças percentuais entre os dois países, é possível perceber que tanto na Argentina quanto no Brasil, segundo os entrevistados, a ordem é prioritária em relação aos valores de direitos humanos e liberdades. Outra contraposição cuja análise torna-se bastante interessante, para além dos direitos civis, refere-se ao aspecto econômico. Em resumo: poder gritar de barriga vazia ou calar-se de estômago cheio, qual, afinal, seria a preferência de brasileiros e argentinos? É isto que examinamos a partir dos dados do Gráfico 3.

Gráfico 3: Democracia x desenvolvimento econômico

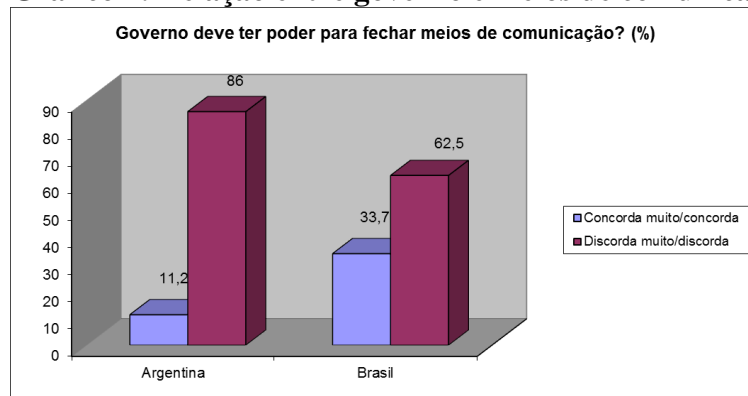


n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Em relação à priorização do desenvolvimento econômico em detrimento à democracia, pela primeira vez os percentuais verificados no Brasil apresentam uma tendência mais democrática do que os da Argentina. Enquanto 47,5% dos argentinos

afirmam que a democracia é mais importante, 53,4% dos cidadãos entrevistados no Brasil demonstraram tal preferência. No que concerne à importância maior do desempenho da economia, os percentuais se equivalem, e o maior diferencial, de cerca de 10%, é dado entre aqueles que consideram ambas igualmente importantes: na Argentina, 21% dos entrevistados forneceram esta resposta, enquanto no Brasil este percentual ficou em torno dos 10%. Um aspecto que pode ser considerado para esta maior preocupação argentina para com a economia refere-se às sucessivas e graves crises pelas quais o país passou não apenas no período autoritário, mas também em sua retomada democrática: lembremos, por exemplo, da extraordinária crise vivida pela Argentina no início dos anos 2000. O Brasil, apesar de também ter passado por crises de considerável dimensão, tem se caracterizado por uma maior estabilidade, sobretudo nos últimos anos. Além dos aspectos econômicos, uma outra discussão essencial quando se trata de democracia e democratização diz respeito às relações estabelecidas entre governo e meios de comunicação, uma vez que a liberdade de opinião e de imprensa configuram-se como ingredientes fundamentais da receita democrática. No Gráfico 4, temos a opinião de brasileiros e argentinos sobre essa questão.

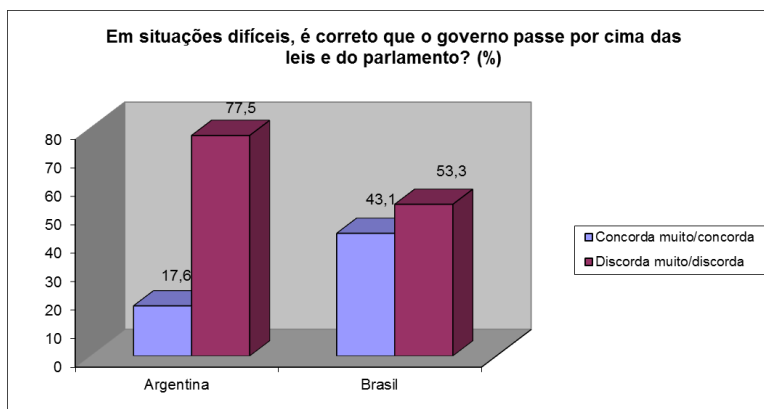
Gráfico 4: Relação entre governo e meios de comunicação



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Aqui, embora em sua grande maioria brasileiros e argentinos condenem a possibilidade de os governos fecharem meios de comunicação, existe uma diferença que não deve ser negligenciada: a porcentagem de argentinos contra esse tipo de superpoder estatal está 20 pontos acima do número de brasileiros. Enquanto na Argentina 86% dos entrevistados mostram-se contrários à possibilidade de governos fecharem meios de comunicação, no Brasil este número encontra-se em cerca de 62%. Trata-se, portanto, de mais uma variável que apresenta os argentinos como cidadãos mais democráticos do que os brasileiros. Além da possibilidade de interferir na imprensa, outro tipo de superpoder governamental pode direcionar-se a outras instituições e elementos democráticos, como os parlamentos e o cumprimento das leis e normas do regime democrático. Para captar esta dimensão, a pesquisa do Latinobarómetro questiona: “Em situações difíceis, é correto que o governo passe por cima das leis e do parlamento?”. O gráfico abaixo nos mostra a opinião de brasileiros e argentinos.

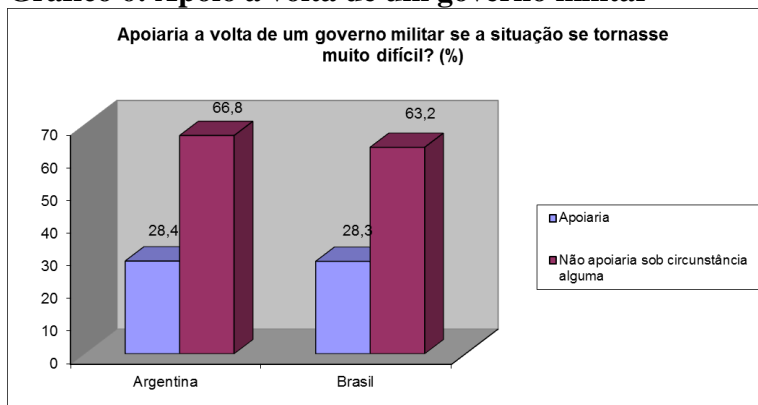
Gráfico 5: Respeito, pelos governos, às leis e ao parlamento



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Novamente, o Brasil parece apresentar legados autoritários mais marcantes do que a Argentina. Uma maioria tímida, de apenas 53%, discorda da possibilidade de o governo passar por cima das leis em situações difíceis, enquanto 43% aparentemente não veria nenhum problemas se isto ocorresse, inclusive concordando com tal postura. Já na Argentina, o repúdio a esta postura antidemocrática é significativamente mais elevada: praticamente 80% dos entrevistados reprovariam um patrocínio do governo sobre as leis e o parlamento, e somente 17% apoiariam. Nesse mesmo sentido, de fragilidade institucional em termos de adesão da população, surge o temor, até certo ponto esperável, de que uma democracia de consolidação relativa possa ser colocada em xeque diante da possibilidade de retorno de um governo militar (autoritário). O Gráfico 6 apresenta o apoio potencial de argentinos e brasileiros a esta possibilidade.

Gráfico 6: Apoio à volta de um governo militar

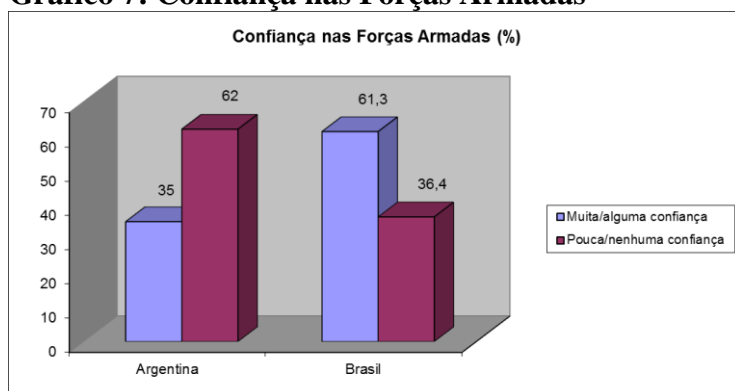


n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Surpreendentemente, no que diz respeito à possibilidade de retorno de um governo dos militares, Brasil e Argentina apresentam percentuais muito aproximados. Em ambos os países, o apoio potencial a tal iniciativa é reduzido, embora não desconsiderável (em torno de 30%). Por outro lado, 66,8% dos entrevistados na Argentina, e 63,2% dos indivíduos arguidos no Brasil, colocaram-se frontalmente contra essa situação hipotética, afirmando que não apoiariam a volta dos militares ao poder sob circunstância alguma, o que se configura como uma informação bastante auspiciosa para a consolidação democrática nos dois países. Se por um lado o retorno dos militares ao poder aparece como possibilidade momentaneamente distante, por outro cabe questionar: e a confiança sobre os mesmos, como se configura nos dois países? Tal pergunta ganha relevo à medida que possamos imaginar que bons índices de confiança sobre este setor podem servir para, a longo prazo, minar as bases da democracia,

permitindo uma flexibilidade que permita a abertura futura de uma “janela” militar-autoritária. O Gráfico 7 nos traz as respostas para esta questão.

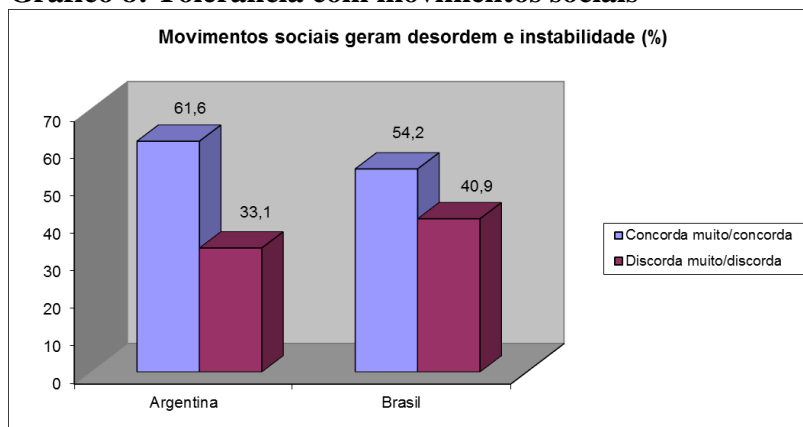
Gráfico 7: Confiança nas Forças Armadas



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Se no que diz respeito ao retorno dos militares ao governo, esta possibilidade é frontalmente refutada nos dois países, não se pode dizer o mesmo sobre a confiança nas Forças Armadas em Brasil e Argentina. Configura-se, nesse sentido, uma situação diametralmente oposta em termos de opinião pública entre os cidadãos destes países. Enquanto cerca de 62% dos entrevistados na Argentina afirmam, em linhas gerais, não possuir confiança neste setor da sociedade, entre os brasileiros, a tendência se inverte: praticamente o mesmo percentual de respondentes afirma que, sim, confia nas Forças Armadas. Se, como já vimos, isso não implica em ameaça imediata às condições democráticas no país, não se pode negligenciar, entretanto, que este nível alto de confiança nos militares pode se constituir em cenário perigoso, visto que diversas pesquisas têm demonstrado que a confiança nas instituições propriamente democráticas do país não lhes confere um papel, digamos, prestigioso junto à população brasileira. A fórmula “baixa confiança institucional democrática + alta confiança nas Forças Armadas” poderia, assim, configurar-se como uma ameaça ao regime democrático no Brasil, a longo prazo, e dependendo das circunstâncias. Outro indicador que, em nossa opinião, pode se estabelecer como pista de legados autoritários, refere-se à maior ou menor tolerância para com os movimentos sociais. É isso que examinamos a partir dos dados do Gráfico 8.

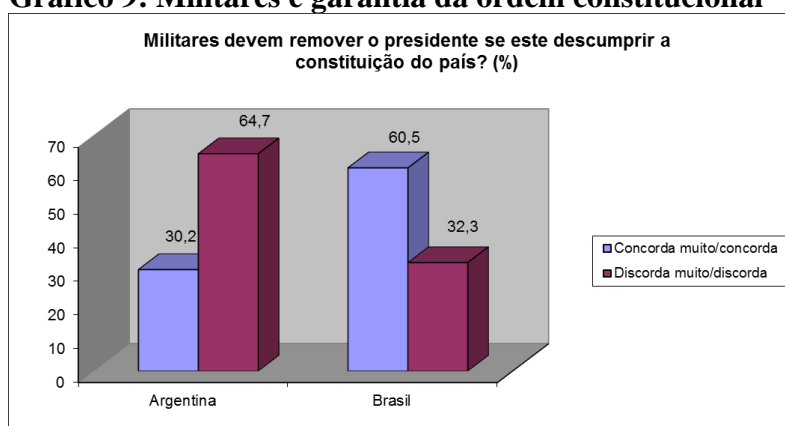
Gráfico 8: Tolerância com movimentos sociais



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Curiosamente, no que concerne à tolerância para com os movimentos sociais, o Brasil apresenta índices mais elevados do que a Argentina. Enquanto 33% dos argentinos discordam da afirmação de que os movimentos sociais geram desordem e instabilidade, mais de 40% dos entrevistados brasileiros forneceram a mesma resposta. No Brasil, desta forma, parece haver uma aceitação um pouco maior dos movimentos sociais por parte da população. Contudo, é importante ressaltar que em ambos os países os cidadãos apresentam resistências substanciais em relação a estes movimentos: na Argentina, 61,6% vêem os movimentos sociais com maus olhos, enquanto no Brasil, este percentual fica em 54,2. Por fim, apresentamos a variável sobre militares e garantia da ordem constitucional, plasmada pela seguinte pergunta: “Os militares devem remover o presidente se este descumprir a constituição do país?”.

Gráfico 9: Militares e garantia da ordem constitucional



n (Argentina)= 1200; n (Brasil)=1200. Fonte: Latinobarómetro (2009).

Se anteriormente vimos que os militares gozam de muito mais confiança e prestígio entre os brasileiros do que entre os argentinos, nos percentuais do gráfico acima podemos perceber com muita clareza a materialização desta confiança. Novamente, a perspectiva nos dois países é diametralmente oposta. Enquanto mais de 60% dos brasileiros consideram os militares como legítimos árbitros do conflito, corroborando constatação de González (2011) para o contexto da maior parte dos países latino-americanos, 64,7% dos respondentes argentinos refutam esta ideia. Mais uma vez parecem relativamente claras as consequências que diferentes modelos transicionais possuem sobre as perspectivas dos indivíduos dos dois países. Enquanto o modelo negociado brasileiro serviu para manter uma certa posição privilegiada dos militares, na Argentina a transição por ruptura, dada por uma fragorosa derrota dos incumbentes autoritários, repercutiu em um trauma que se reflete na baixa confiança e na negação peremptória desses atores como árbitros legítimos de um possível conflito pautado pelo descumprimento de normas constitucionais por parte do presidente do país.

Considerações finais: comparando legados autoritários

No presente artigo, procuramos examinar os legados culturais dos modelos de transição à democracia de Brasil e Argentina. Inicialmente apresentamos em linhas gerais como se desenvolveram os regimes autoritários nos dois países, e também a forma como os mesmos deixaram o poder. No caso, a Argentina experimentou uma transição por ruptura, provocada pelo fracasso retumbante dos militares no exercício do

governo; no Brasil, por outro lado, o que ocorreu foi uma transição negociada, lenta e gradual, com amplo poder dos incumbentes autoritários sobre o processo de transição.

Em seguida, passamos a analisar, por meio de dados do Latinobarómetro de 2009, os legados autoritários nos dois países, partindo da premissa de que o modelo transicional mais negociado e com maior margem de manobra por parte dos militares, como foi o caso do Brasil, propicia um cenário mais adequado para a manutenção de alguns aspectos que dialogam diretamente com um ideário antidemocrático.

Em cinco dos nove indicadores examinados, ambos os países apresentaram percentuais maiores para predisposições democráticas, mas com diferenças entre si. Em termos de preferência pelo regime democrático, poderes do governo em eliminar meios de comunicação e de passar por cima das leis e do parlamento, e de possibilidade de retorno dos militares ao poder, os percentuais verificados na Argentina foram mais direcionados à perspectiva democrática do que no Brasil. Os índices brasileiros somente foram mais democráticos do que os argentinos no que diz respeito à preferência pela democracia em detrimento do desenvolvimento econômico.

Os dois países, por outro lado, apresentaram tendências menos democráticas e mais autoritárias no que diz respeito a duas variáveis: preferência pela ordem em comparação com direitos humanos e liberdades, e tolerância com os movimentos sociais. Em relação à primeira variável, os brasileiros mostraram-se mais autoritários, demonstrando maior preferência pela ordem em relação a direitos civis básicos; no que concerne à segunda variável, os argentinos, de forma até surpreendente, apresentaram-se como mais resistentes aos movimentos sociais do que os brasileiros.

Houve tendências divergentes em dois indicadores, relacionados diretamente com os militares: confiança nas Forças Armadas e legitimidade das mesmas para remover um presidente que venha a descumprir a constituição do país. Em ambas, os militares contam com muito mais boa vontade dos brasileiros do que dos argentinos, e os percentuais apresentam-se opostos de maneira muito próxima à simetria. Os brasileiros confiam em nível bastante elevado neste setor da sociedade, e o consideram como árbitros legítimos dos conflitos no país, enquanto na Argentina o que prevalece é a desconfiança e a refutação peremptória à possibilidade de intervenção militar para retirar um presidente do poder.

Assim, de maneira geral, verifica-se que o Brasil apresenta maiores predisposições a posturas autoritárias do que a Argentina. Acreditamos que essas diferenças sejam, em grande medida, fruto dos modelos de transição verificados nos dois países: a transição negociada do Brasil gerou menor impacto negativo sobre a imagem dos militares do que a transição abrupta da Argentina, onde a derrota dos incumbentes autoritários foi muito mais clara e rotunda.

Como a consolidação democrática e manutenção do regime guarda relações que não podem ser negligenciadas com a cultura política, a persistência com maior força de legados autoritários no Brasil gera uma certa preocupação, se não a curto prazo, ao menos a longo prazo. Até que ponto o prestígio dos militares no país, em contraponto com a baixa confiança em outras instituições (como pôde ser claramente percebido nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, por ocasião da ocorrência da Copa das Confederações), pode se configurar como ameaça à democracia brasileira? A resposta para esta pergunta é difícil, mas serve como alerta para o fato de que ainda existem entranhados no âmago da cultura política brasileira certos valores autoritários capazes de minar, mesmo que lentamente, a democracia no país.

Isso quer dizer que a democracia brasileira está fadada ao fracasso? Evidentemente que não. Porém, certamente estes legados surgem como uma barreira a mais para ser superada. Assim, a consolidação democrática no sentido mais substantivo,

extrapolando o âmbito meramente procedimental e institucional, depende também do exercício e da reinvenção cotidiana da democracia. Dispositivos que permitam a inclusão dos cidadãos em esferas decisórias, e com resultados efetivos e palpáveis, podem contribuir significativamente para este intento. É a partir daí que os valores democráticos brasileiros poderão florescer com maior intensidade, e de maneira mais duradoura.

Referências

Acuña, Carlos H.; Smulovitz, Catalina 2006 “O ajuste das Forças Armadas à democracia: sucessos, fracassos e ambigüidades no Cone Sul” em Jelin, Elizabeth; Hershberg, Eric (Org.) *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina* (São Paulo: EDUSP / NEV).

Almond, Gabriel; Verba, Sidney 1963 *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (Boston: Boston Little Brown).

Arturi, Carlos S. 2001 “O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro” em *Revista de Sociologia e Política* (Curitiba), n.17.

Baquero, Marcello 2011 “Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI” em Baquero, Marcello (org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina* (Porto Alegre. Editora da UFRGS).

Bauer, Caroline Silveira 2012 *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória* (Porto Alegre: Medianiz).

Cavarozzi, Marcelo 1996 *Autoritarismo y democracia (1955-1983)* (Buenos Aires: Editores de America Latina).

Couto e Silva, Golbery do 1967 *Geopolítica do Brasil* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora).

Fernández, Jorge Christian “Argentina 1976-1983: extermínio organizado de uma nação” em Padrós, Enrique Serra (Org.) *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul* (Porto Alegre: Corag).

González, Rodrigo Stumpf 2011 Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina em Baquero, Marcello (org.) *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina* (Porto Alegre. Editora da UFRGS).

Gunther, Richard; Monteiro, José Ramón. 2003 “Legitimidade política em novas democracias” em *Opinião pública*. Vol.IX, n.1.

Huntington, Samuel P. 1994 *A terceira onda: democratização no final do século XX* (São Paulo: Ática).

Martins, Luciano 1988 “A ‘liberalização’ do regime autoritário no Brasil” em O’Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe; Whitehead, Laurence (Org.) *Transições do regime autoritário: América Latina* (São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais).

Moisés, José Álvaro 2005 “A desconfiança nas instituições democráticas” em *Opinião pública*. Vol. XI, n.1.

_____. 1995 *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática* (São Paulo: Editora Ática).

Motta, Rodrigo Patto Sá 2001 *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* (São Paulo: Perspectiva / Fapesp).

Munck, Gerardo; Leff, Carole 1997 “Modes of Transition and Democratization: South America and Eastern Europe in comparative perspective” em *Comparative Politics*, v.29, n.3.

O'Donnell, Guillermo 1986 *Contrapontos: autoritarismo e democratização* (São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais).

_____; Schmitter, Philippe C. 1988 *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões* (São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais).

_____; _____. Whitehead, Laurence (Org.) 1988 *Transições do regime autoritário: América Latina* (São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais).

Padrós, Enrique Serra 2008 “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas” em Fico, Carlos; et al. (Org.) *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas* (Rio de Janeiro: Editora FGV).

Pereira, Anthony W. 2010 *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

Power, Timothy J. e Jamison, Giselle D. 2005 “Desconfiança política na América Latina” em *Opinião pública*, Vol. XI, n.1.

Rouquié, Alain 1984 *O Estado Militar na América Latina* (São Paulo: Alfa-Ômega).

Stepan, Alfred 1988 “As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha” em _____ (Org.) *Democratizando o Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).

_____. 1994 “Camino hacia la redemocratización” em O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe; Whitehead, Laurence (Org.) *Transiciones desde un gobierno autoritário: perspectivas comparadas* (Barcelona: Paidós).

Zaverucha, Jorge 1992 “Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola” em *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro), n.19.

_____. 1994 *Rumor de sabres* (São Paulo: Ática).

_____. 2000 *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).